

## CONHECIMENTO E ESTRATÉGIA NA AÇÃO POLICIAL MILITAR: ABORDAGEM A PESSOAS PREDISPOSTAS AO ENFRENTAMENTO FÍSICO E À RESISTÊNCIA AO TRABALHO POLICIAL

*Gilberto Protásio dos Reis<sup>53</sup>*

**Resumo:** O texto faz uma aprofundada incursão no problema do enfrentamento ou na resistência à ação policial militar por parte de integrantes potenciais de grupos auto-identificados com noções de mundo que remetem à visão revolucionária marxista, que apregoa como justa e benéfica ao interesse social a oposição de resistência à ação policial. O propósito é ampliar a compreensão por parte da comunidade dos cientistas policiais a respeito de quais sejam as causas mais profundas desse tipo de comportamento. O texto focaliza atenções na situação de como membros de tropas policiais militares se veem obrigados a agir, diante de um abordado que traga consigo uma visão de mundo em que a ação do policiamento é vista como ato de opressão por parte do Estado. Utilizou-se para o estudo a metodologia tirada da Ergonomia, chamada Análise Ergonômica do Trabalho.

**Palavras-chave:** Resistência à ação policial. Disforia de gênero. Hermetismo. Marxismo.

**Abstract:** The text makes an in-depth incursion into the problem of confrontation or resistance to military police action by potential members of self-identified groups with world views that refer to the Marxist revolutionary vision, which proclaims as just and beneficial to the social interest the opposition of resistance to police action. The purpose is to broaden the community's understanding of what are the root causes of this type of behavior. The text focuses attention on the situation of how members of military police troops are forced to act, in front of an approach that brings with it a worldview in which the action of policing is seen as an act of oppression by the State. The methodology taken from Ergonomics, called Ergonomic Analysis of Work, was used for the study.

**Keywords:** Resistance to police action. Gender dysphoria. Hermeticism. Marxism.

Recebido em 28 de outubro de 2021

Aprovado em 02 de novembro de 2021

<sup>53</sup> Pós-doutorando em Engenharia de Produção na UFMG (2021). Doutor em Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política) pela PUC Minas. Coronel veterano da PMMG. Pesquisador e cofundador do Instituto Brasileiro de Segurança Pública.  
<https://orcid.org/0000-0002-3760-9288?lang=en>  
<http://lattes.cnpq.br/4271140603320731>  
E – mail: protasiogilberto@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

**A**tender uma ocorrência policial pode algumas vezes tornar-se algo que exige do profissional de segurança pública um esforço mental para equilibrar as suas percepções com as expectativas da pessoa envolvida na situação. Pode acontecer de o caso concreto parecer marcado por algum tipo de intencional uso pela pessoa que vá ou esteja sendo abordada, de um jeito de se comportar que não seja associável de pronto pelo policial. Em certas situações, existe a té mesmo o potencial de que o abordado(a) diga e/ou faça coisas que ensejem cautelas adicionais do profissional de segurança pública, para não ficar exposto a risco de sofrer questionamentos futuros por conta de não ter procedido segundo certa cartilha *ideológica* garantidora de algum tratamento ao abordado, diferente do que o policial normalmente daria em ocorrências parecidas.

Irracionalismo e misticismo são duas palavras “caras” que se combinam a ideias como a expressão “tendências revolucionárias” e o conceito de messianismo. Tal combinação se encontra na obra de Sholem (1995; 1996). Este autor enfrentou os colegas historiadores de seu próprio tempo, para os quais quando se falava em mística, isso não estava relacionado à filosofia comum aos contemporâneos desses pensadores. Por isso, a história social e nela os movimentos de ideias irracionais e místicas deixaram de receber a atenção de pensadores interessados apenas em falar de racionalismo, intelectualidade e princípios universalistas ocidentais de interpretação da realidade. Este, portanto, é o ponto de conexão entre a conhecimento e estratégia na ação policial militar que deve ser sistematizada, teriorizada, aprimorando a técnica quando da abordagem a pessoas predispostas ao enfrentamento físico e à resistência ao trabalho policial.

Essa postura intelectual dos contemporâneos de Sholem observa-se ainda hoje, na Academia, fora da comunidade deles, onde se acredita que seja de pouca relevância, pífia aplicabilidade e nula

utilidade prática o estudo sobre a mística e as reverberações de certos conceitos tirados da referida concepção teórico-filosófica. Por causa desse preconceito é que as ideias de pensadores como Gershom Sholem que tiveram alta influência na construção da cosmovisão da sociedade ocidental, como Karl Marx e Jacques Derrida, nem sempre são compreendidas na sua inteireza.

Sholem é referência obrigatória da linha de estudos que alterou o paradigma, segundo o qual, essa cosmovisão do grupo que ele integrava não teria relevância para pensar sobre realidades externas a sua comunidade de crenças. Depois dele, isso mudou. A abertura que ~~e~~ promoveu tornou possível e legítimo utilizar a maneira de os integrantes do grupo dele pensarem sobre temas de dimensão macro, para que, mesmo não sendo um deles, outros pensadores pudessem empregar o aparato conceitual que tanto o animou a escrever, para assim esclarecerem os seus respectivos objetos de estudo de maneira incomum. Tal atipicidade consiste em analisar ideias a partir da perspectiva da qual elas foram extraídas ou adaptadas, e focando as análises a partir da mística judaica e do moderno estudo de como a crença cabalista. (BIALE, 2004; SHOLEM, 1995; 1996).

Essa busca pelo que haja de macro, no micro, convida a refletir sobre dificuldades práticas do cotidiano profissional de quem precise desempenhar seu ofício lidando com indivíduos cuja individualidade traduza o modo de viver de alguma coletividade. Esse tipo de demanda diz respeito ao pensar/agir policial, nos casos em que esse tipo de agente público tem de lidar com situações relacionadas a pessoas auto-situadas em contextos de vida que ossociólogos enquadram na noção de “minorias”, sendo uma delas a disforia de gênero.

No presente artigo, isso é feito a partir de uma cosmovisão que agrega, dentre outras, algumas teorias de Hermes Trismegistus, Sabbatai Tzevi, Friedrich Hegel, Karl Marx e Jacques Derrida. Procura-se, desse modo, apontar para

potencialidades de leitura de certos tipos de ocorrência policial que envolve disfóricos. A análise, porém, extrapola o caso isolado, de modo a entender em que medida a linha derridiana de expressão de uma determinada cabala, a marxista, pode ajudar a jogar luz nesse tipo de situação operacional do policiamento.

Essa é, em linhas gerais, a perspectiva teórica macro explorada neste texto, o qual por essa razão se insere analogamente no esforço de conexões entre apropriações do libertarianismo judaico e seus usos, feitas para pensar sobre a realidade externa ao próprio judaísmo, como exemplificado em Löwi (1999) e sobre vínculos e paralelismos entre marxismo e pensamento cabalista, procedido por Aguiar (2013).

Este artigo diz respeito às atividades de levantamentos e de leituras teóricas realizadas pelo autor, de maio de 2019 a maio de 2021, junto ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFMG, sob orientação do Professor Pós-Doutor Francisco de Paula Antunes Lima, no âmbito da Ergonomia Cognitiva. Frise-se que os méritos do texto devem ser creditados à riqueza das orientações metodológicas dele, porém, as insuficiências decorrem exclusivamente de imperfeições deste autor do artigo.

O objetivo, no período de pesquisa de pós-doutoramento, foi estudar os elos entre modos de pensar e de agir, no exercício da profissão policial, diante de situações reais da atividade operacional da Polícia Militar, em que a abordagem a pessoas trouxesse desafios decorrentes da filiação mental dos abordados a alguma forma de ver a si mesmos.

Procurou-se pensar neles enquanto sujeitos reais, não necessariamente aderidos a alguma ideologia. Entretanto, diante do potencial de uma simples ocorrência policial em uma sociedade, como a brasileira, atual, em que praticamente tudo tem sido reduzido ao debate político-ideológico, casos banais de atendimento de ocorrências pela Polícia Militar podem se transformar em contextos de choque de visões de mundo entre agentes

estatais e pessoas que integrem minorias e isso pode suscitar, na opinião pública, uma tomada de posição a favor ou contra os policiais, pelo simples fato de serem realizadores de um ofício nem sempre simpático. Daí surge o desafio de esses profissionais não verem a si como parte de algum processo revolucionário, nem tomarem posição ideológica, contudo, nem sempre essa impessoalidade é garantia do trabalho policial militar escapar de ser taxado como fonte de opressão aos abordados.

Os sem-terra, os black blocs, os apenados insurgentes contra o sistema penitenciário, os rebeldes de maio de 1968, na França, e as pessoas que apresentam disforia de gênero, servem, nesse tipo de contexto, de pano de fundo, para a realização de estudos de Ergonomia. O artigo concentra-se apenas em dois casos de disforia de gênero, ficando para uma próxima oportunidade a exploração de aspectos inerentes aos demais tipos, mas o texto deixa aos interessados o registro de possibilidades de aplicação, em caráter de teste de hipóteses, de boa parte das explicações lançadas aqui, para pensar no futuro sobre esses outros grupos.

As concepções dos sujeitos da pesquisa, com apenas uma cosmovisão (mesmo que possam ter semelhanças ideológicas), podem não ter o mesmo interesse político/sexual/ identidade de gênero em sua condição, como pessoas LGBTQIA+, MST e black-blocks. Nem todos estão em "conflito com a lei". Entretanto, seria incorrer no equívoco do nominalismo de Guilherme de Ockham se aqui se admitisse como válida a negação total da possibilidade da feitura de abstrações generalizantes a partir de dois casos concretos. Afinal, existem os universais, contrariando o entendimento ockhamiano e a negação desse fato implicaria na inviabilização da própria atividade científica, porque esta consiste, segundo Carvalho (2020), em buscar e demonstrar a existência de padrões, o que pressupõe a existência de universais.

Deixa-se, inobstante isso, para outra ocasião, a análise de material coletado, referente às cenas de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) enfrentando à Polícia Militar com foices, enxadas e facões, em 1996, na região Norte do Brasil. O mesmo adiamento se aplica ao estudo dos embates entre ativistas e policiais havidos em Paris, no ano de 1968, bem como os ocorridos entre manifestantes de gênero e a polícia novaiorquina, no bar Stonewall Inn, em Nova Iorque, em 1969. Da mesma forma, deixam de ser analisados neste artigo os estudos referentes aos conflitos que se desenrolaram entre a corporação policial militar e os "black bloc", nas ruas do Rio de Janeiro e São Paulo em 2013, e os embates concretizados também nas ruas dessa capital brasileira, alguns anos antes, em 2006, por ação de atiradores ligados ao coletivo denominado Primeiro Comando da Capital (PCC). Fica para ocasião posterior de produção textual essa aparente colcha de retalhos, que se pretende unificar num só olhar: o da insurgência física e até bélica contra o policiamento.

O presente artigo, portanto, resulta de um recorte, focalizando atenções ao segmento formado por pessoas que centram suas visões de mundo no pressuposto de que seja possível a separação, a distinção, entre seu corpo e sua autoidentificação a respeito do que ele, o dono da estrutura material e fisiológica, seja: pertencente a um outro gênero ou atraído eroticamente por pessoa que também possua a mesma configuração corporal do intérprete. Tal segmento de intérpretes da própria corporeidade é integrado, dentre outros, por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, fazendo-se conhecido pelas iniciais dessas atitudes eróticas, daí a sigla LGBTQIA+.

Em seguida, deu-se um novo recorte, limitando a apreciação a dois casos de como foram concretizadas abordagens policial a pessoas de tal público. Um dos indivíduos abordados foi um transexual do tipo autoidentificado como travesti, e outro foi uma cidadã autoidentificada como lésbica. Procurou-se, na pesquisa, dar voz aos policiais militares envolvidos na abordagem ao respectivo sujeito. Buscou-se entrevistar esses profissionais de segurança pública, tentando olhar o seu conhecimento procedimental<sup>54</sup> e a sua estratégia operatória<sup>55</sup>, isto é, a estratégia cognitiva.

## 2 METODOLOGIA

O método utilizado foi o da Análise Ergonômica do Trabalho (AET). Guérin et al (2001) afirmam que esse tipo de avaliação diagnóstica se compõe de cinco etapas: dão-se de início três tipos de análise (da demanda, da tarefa no posto de trabalho e da atividade), depois o diagnóstico e, por fim, as recomendações. Adiantando o argumento, nestas entrou-se no mérito sobre o fato de que um profissional de quem se espera certo padrão de conduta que respeite a realidade, o qual a tenha diante de si, sente a necessidade de usar para isso um paradigma não-kantiano, isto é, o policial faz uma adequação da inteligência à coisa observada. Isso é particularmente necessário diante de pessoas que sejam cambiantes da sua identidade, por causa da disforia de gênero. O não-kantismo é uma necessidade do serviço policial-militar, conforme acreditamos haver demonstrado no capítulo de livro em que tratamos disso. (REIS, 2021).

<sup>54</sup> Segundo Anderson (1995 *apud* OLIVEIRA; MOZZER, 2017, p. 20), "Conhecimento procedimental é aquele que se constitui das habilidades cognitivas necessárias para realização de determinada ação."

<sup>55</sup> Silvino e Abrahão (2003 *apud* SARMET; ABRAHÃO, 2007, p. 134) afirmam que estratégias operatórias "são processos de regulação que envolvem mecanismos cognitivos como categorização (reconhecimento de padrões), resolução de problemas e tomada de decisão".

a primeira etapa, buscou-se conhecer os possíveis problemas que poderiam ser observados no ambiente de trabalho escolhido para análise, que foi o da atuação operacional de trabalhadores pertencentes aos quadros de pessoal de uma corporação policial militar brasileira.

Procurou-se aí compreender o universo dos enfrentamentos à abordagem policial. Para isso foi realizado um levantamento do histórico de situações de enfrentamento à abordagem feita por policiais, no Brasil e fora dele, sem pretensão de esgotar o assunto nem o rol de casos. Foi nesse momento realizada uma focalização sobre os casos em que os enfrentadores eram todos identificáveis por um só padrão: o da adesão tácita ou explícita ao pressuposto de que a polícia seria um instrumento da elite social destinado a oprimir ilegitimamente os não detentores dos meios de produção econômica. O resultado está no Apêndice Único.

Na segunda etapa, procurou-se descrever as expectativas institucionais da corporação policial e dos legisladores, quanto ao que fazer no posto de trabalho, isto é, qual a tarefa ergonômica. Isso foi buscado na síntese oferecida por Foureaux (2020): “travestis femininos (órgão genital masculino) possuem o direito de serem abordadas por uma policial (mulher); [...] gays, lésbicas e bissexuais [...] devem sofrer abordagem policial correspondente ao sexo/identidade de gênero.” (FOUREAUX, 2020, p. 65).

Para a terceira etapa da AET, que é a análise da atividade, buscou-se olhar de perto para dois casos concretos, vivenciados por profissionais de segurança pública cisgêneros (pessoas que se identificam sexualmente de acordo com sua estrutura de DNA e seu aparelho reprodutor), integrantes do quadro de pessoal da referida corporação. Para isso foram realizadas entrevistas por este doutorando, as quais estão gravadas e disponíveis para consulta, tendo isso sido realizado após uma prévia seleção de pessoas que, pertencendo à mencionada organização de serviços de segurança pública, haviam declarado que

passaram por situações concretas de dificuldades para realizar a abordagem a pessoas do grupo de disforia de gênero.

Ainda nessa etapa, foram coletadas informações junto a dois policiais-militares que lidaram diretamente com ocorrência envolvendo integrantes do segmento social composto por pessoas que apresentam disforia de gênero. Procedeu-se, nessa fase, a uma entrevista visando levar os entrevistados a uma metacognição, processo que Cruz (2013, p. 1) chama de “reflexões sobre as ações, os processos e estados cognitivos e afetivos.” O Entrevistado 1 foi uma cisgênero mulher que precisou abordar um travesti e o Entrevistado 2 foi um cisgênero homem que teve de fazer abordagem a uma lésbica e sua condução a uma delegacia de Polícia Civil.

Na etapa seguinte (diagnóstico), procedeu-se a um estudo em profundidade sobre o universo de pessoas em que as auto-identificados como pertencentes a um gênero que não corresponde à sua identidade biológica estão inseridas: a de ativistas que veem a ação do policiamento como expressão de um intento de oprimir, desrespeitar e abusar, que proviria das elites econômicas da sociedade capitalista. Esse elo deixou de ser tratado neste artigo, por limitações de espaço. Pretende-se, em ocasião oportuna, explorar isso mais a fundo, partindo da validade do tal pressuposto, como hipótese a ser verificada em campo.

Na última etapa (recomendações), foi realizada uma sequência de prescrições, visando ajudar a resolver ou minorar as dificuldades encontradas pelos policiais militares, narradas pelos entrevistados, bem como tendo por objetivo contribuir para a comunidade científica, tanto das Ciências Policiais, como da Engenharia, olharem para os programas de treinamento de pessoal com uma preocupação nova, que possibilite o desenvolvimento de soluções aos profissionais que trabalham com as temáticas da disforia sexual.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da AET dispõe-se de meios para observar a tessitura invisível que leva uma pessoa comum, do povo, a atirar bolinhas de gude em direção a cavalos que os profissionais de segurança pública estejam conduzindo em direção a ela objetivando impedir que ela continue a fazer atos de vandalismo, a investir com foices e facões contra agentes públicos armados de revólveres, durante uma tentativa policial de cumprir um mandado de reintegração de posse, a acender e direcionar um rojão contra a tropa enquanto manifestantes pacíficos pediam a renúncia ou o impeachment da presidente da República, a incendiar veículos e quebrar vidraças escondendo-se por trás de máscaras no ambiente público de uma dada manifestação pela redução dos preços das passagens de ônibus, a escolher alvos nos quais atirar pela condição destes de trabalhadores de alguma das organizações de serviços de segurança pública da cidade ou de pessoa da família desse mesmo público.

Essa tessitura é o que os ergonômistas chamam de tarefa, aqui entendida como sendo aquele padrão comum a todos esses atos: a intenção do manifestante de transformar a sociedade rumo a algo novo em que o Estado, a autoridade, não mais existam ou pelo menos deixem de se antepor à anarquia. Portanto, a tarefa pode ser a de resistir à ação policial, não porque a Polícia esteja trabalhando mau ou de fato sendo abusiva no modo de agir (como é possível ocorrer, dada à especificidade da atividade profissional ou ainda por negligência, imprudência, imperícia e/ou também por uma conjunção desses fatores, o que grosso modo pode ser analisado de forma sistematizada (FBSP, 2021)<sup>56</sup>), mas apenas porque ser contra toda forma de atuação policial, ainda que esta esteja sendo feita por mero cumprimento do

dever profissional de prevenir crimes, pode ser um marcador de grupo, um dever moral embutido na pertença a um grupo que, por escolhas ideológicas prévias, olha o mundo como se tudo fosse intolerância sistêmica.

Em outras palavras, o policiamento pode ser, sem aviso prévio por parte daquele que esteja prestes a sofrer uma busca pessoal, taxado de perpetrador de privilégios ou poder difusos, os quais, de acordo com Pluckrose e Lindsay (2021) são pressupostos muito comuns de se encontrar nas ideias do “pós-modernismo reificado”, movimento esse que se assemelha, segundo os autores, a uma religião em que cada membro “[...] considera que as suposições do pós-modernismo são verdades reais e objetivas - A Verdade Segundo a Justiça Social.” (PLUCKROSE; LINDSAY, 2021, p. 13).

A resistência à ação policial e a reação violenta à tentativa de o policial agir pode, então, ter como causa não alguma ilegalidade real ou iminente por parte do profissional de segurança pública e sim a adesão mental, prévia, da pessoa que percebe que irá ser abordada, a uma visão de mundo idealizada, em que aconteça o que acontecer, o policiamento será sempre visto como algo intrinsecamente mau.

Pluckrose e Lindsay (2021) afirmam que o pós-modernismo, enquanto corrente de ideias, “[...] alterou drasticamente não só o que e como pensamos, mas também como pensamos sobre o pensar.” (PLUCKROSE; LINDSAY, 2021, p. 17). Trata-se de uma visão de mundo radical, esotérica, distante da realidade da existência cotidiana de cada pessoa, marcada por “[...] um profundo ceticismo quanto à possibilidade de qualquer estrutura ampla de criação de significado que sirva de base para a vida das pessoas.” (PLUCKROSE; LINDSAY, 2021, p. 17).

Por seu turno, a disforia de gênero é uma incompatibilidade entre a anatomia sexual e a identidade com que o disfórico se sente

<sup>56</sup> Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 12 nov 2021.

autoidentificado, nos dizeres de Cole et al (1997, apud ATHAYDE, 2001, p. 407). Dos aspectos que fazem da disforia de gênero uma realidade interessante para os estudiosos das Ciências Policiais e da Ergonomia Cognitiva, um consiste nas questões nem sempre perceptíveis à primeira vista, que emergem dos casos de necessidade do contato entre quem apresente esse tipo de incompatibilidade e os profissionais de segurança pública que precisem fazer abordagem física para revistar essas pessoas, como parte de alguma rotina de serviço policial.

Essa disforia possui, então, um aspecto prático de como as ocorrências policiais podem se desenvolver quando a tropa tem de lidar com disfóricos. Entretanto, no nível mais profundo, tal realidade pode ser vista dentro de uma perspectiva bem mais ampla e significativamente mais convidativa à reflexão. Neste segundo aspecto é que incide então a Teoria das Ciências Policiais e Segurança Pública. No presente artigo, predomina o olhar prático, mas não sem oferecer ao leitor algumas pequenas mostras de onde o olhar do cientista policial pode chegar, caso se pretenda capacitar pessoas para o ofício dessa ciência.

Para o policial, se alguém denomina a si mesmo como homem, contudo tenha anatomia sexual de mulher, ou vice-versa, isso tem relevância porque há, na abordagem, a necessidade técnica da garantia da supremacia de força, e é fora de dúvida que a autodenominação possa se dar também como subterfúgio da pessoa que esteja em vias de ser abordada, para aumentar o campo de probabilidades de tentar tirar proveito das vantagens que a pertença ao outro sexo lhe possa trazer, diante de uma situação concreta em que, por exemplo, mulheres tenham de ser abordadas por mulheres e homens por homens, para não haver o constrangimento de que uma pessoa de outro sexo lhe toque as partes íntimas do corpo durante a busca policial.

Nesse contexto, o labor inerente ao policiamento ostensivo é observável em situações

que podem ser descritas a partir de esquemas de leitura da realidade ofertados pela Ergonomia Cognitiva (EG), para ajudar a compreender o que fundamenta o binômio pensar-agir dos policiais e dos abordados, em situações de abordagem, isto é, para analisar o trabalho dos que, por força da profissão, dedicam-se a atender ocorrências e se veem obrigados a resolver problemas que vão muito além das aparências.

Abordar uma pessoa significa, para o policial militar, possuir condições de fazer a busca por armas ou drogas, ou produtos de delitos no corpo dela, no automóvel que ela esteja utilizando no momento de ser abordada, ou entrar contra a vontade do abordado, em algum ambiente onde ele se encontre. Nesse contexto, o tema que mais desafia é o da prática de tal serviço tocando partes corporais do investigado, onde ele possa ter ocultado algo incriminador ou que, se não tirado a tempo pelo policial, poderá ser usado contra sua vida, no deslocamento entre o local da prisão e o da apresentação do preso à Polícia Civil ou ao Juiz da Audiência de Custódia.

Abordagem, nesses casos, tem para esse profissional de segurança pública o significado de conjunto de partes da estrutura física de alguém que seja preciso inspecionar, por vezes até recomendando ao abordado que fique em posições aptas a reduzir a chance de uma reação, ou suficientes para evidenciar a ocultação de pertences em áreas íntimas.

A quem não seja do meio policial ou esteja na desconfortável situação de passar por uma verificação desse tipo, o agir desses que laboram no serviço de policiamento pode parecer abusivo, humilhante, desnecessário e até ilegal, ainda que tenha havido discernimento do policial sobre o que era justo e necessário na situação.

Independentemente da questão legal, existe para o policial militar a necessidade de só colocar para dentro da viatura policial alguém que ele haja abordado, portanto, somente depois de ter se certificado de que o iminente conduzido não esteja

portando arma. Deixar de fazer isso pode levar a equipe dos condutores a ser surpreendida com rendição durante o deslocamento, e subsequente despojamento de uniformes, armas e da própria viatura, por ação astuta da pessoa que tenha se desvencilhado das algemas dentro do automóvel da condução. Pode ocorrer algo ainda pior: o abordado que tenha passado por uma verificação policial insuficiente e que tenha sido bem-sucedido em ocultar uma arma e haja sido posto na viatura portando-a, à revelia dos polícia, pegar a arma então ocultada e não procurada adequadamente pelos abordantes e causar uma agressão letal aos policiais, na hora do desembarque. Ser despojado de pertences da profissão é o mal menor que pode acontecer aos policiais, em casos de uma busca pessoal mal-feita, pois o risco de ser alvejado na cabeça dentro da viatura pelo conduzido é altíssimo, nessas circunstâncias.

Para não ser morto em serviço, o policial militar deve, portanto, interpretar situações e resolver problemas encontrados durante o turno de serviço. Abordar, desarmar, algemar, colocar dentro do “cofre” da viatura, conduzir o preso de maneira tal que os cuidados garantam a segurança para a equipe de profissionais condutores, entregar a pessoa conduzida em uma delegacia ou juizado de custódia, para a adoção das providências seguintes, tudo isso faz do agente público em comento um utilizador de saberes que precisam ser mobilizados na situação, sob pena de correr grande perigo de ser morto em serviço.

O mundo no qual os trabalhadores agem é alicerçado em tarefas, palavra tão pluralizável quantos são os tipos de trabalhos, mas que apesar dessa indeterminação numérica é redutível à mesma noção de tarefa prescrita. Certa abordagem da EC considera a tarefa essencial. (DANIELLOU, 2004). Além disso, esse vocábulo tem por sinônimos as expressões "condições externas" e "exigências do trabalho".

De acordo com Silva (2006), Isso torna possível pensar na atividade laboral revolucionária

dos manifestantes com uma chave de leitura sobre a unidade do que é anterior, gerador, motivador da própria atividade, ou seja, o fato de sempre existir em todo trabalho uma tarefa e uma atividade possibilita pensar sobre a ergonomia da tarefa e com isso dedicar atenções ao que haja de prescrito na ação prática de certo tipo de trabalhadores: os que fazem do enfrentamento à atividade policial um ofício, ou pelo menos uma razão parcial de suas motivações para existir.

Karl Marx é referência obrigatória no estudo da temática do trabalho. Nas relações que fez a respeito de como o trabalhador é explorado e do tipo de mudança que precisaria ser feita na sociedade para corrigir os abusos, ele comparou a violência a uma parteira, sendo gestante a velha sociedade e nascitura uma nova (MARX, 1985). Portanto, a violência é um traço de sua visão de mundo. As ideias marxianas em defesa dessa radical transformação social em prol dos que laboram na condição de empregados dos detentores dos meios de produção foram popularizadas mediante o "Manifesto Comunista", escrito em coautoria com Friedrich Engels. Contudo, esse documento lhes foi encomendado e receberam documentos para concretizar a tarefa. À medida que uma linha de investigações da EC considera a tarefa prescrita como algo essencial. (DANIELLOU, 2004).

A distribuição de tarefas consiste em uma das variáveis afetas ao ambiente que costumam ser usadas em pesquisas na referida área de estudos (IIDA, 2002). Nesse contexto, no tocante à Ergonomia, as variáveis escolhidas podem ter como referenciais o homem, a máquina, o ambiente e o sistema. Deste último, um dos itens é, segundo ele, a distribuição de tarefas.

O Manifesto Comunista pode ser tratado como tarefa. Afinal, esta consiste no que deve ser feito, o que se dá como prescrição pela organização ao trabalhador (FALZON, 2007): “a tarefa “[...] é o que se deve fazer, o que é prescrito pela organização.” (FALZON, 2007, p. 9). A tarefa é o rol das prescrições dadas a quem vá concretizar

certa atividade, as quais por sua vez têm ancoragem em certas normas e padronagens de cunho qualitativo ou quantitativo e devem ser efetivadas pelo trabalhador, mediante determinados equipamentos e ferramentas, não se confundindo, por isso, com o trabalho propriamente dito, mas sim configurando-se como uma determinação e um constrangimento externo ao trabalhador sobre sua atividade.

A teoria ergonômica da tarefa completa-se e se ilumina pela da atividade, o que permite pensar sobre aquela a partir desta, na segurança pública, olhando para as atividades dos que enfrentam a Polícia Militar e nesse ato se sentem identificados com a causa revolucionária comunista. Esse olhar mostra-se possível, desafiando à busca por esse algo que passa por Marx e tem nele uma figura de destaque, mas que existia desde pelo menos setenta anos antes dele. (ABRAHAM, 1971).

Hagger (2005) afirma que todas as grandes revoluções havidas no Ocidente nos últimos cinco séculos e meio obedeceram ao mesmo padrão: começaram com uma visão oculta e inspirada, a qual se espalhou como um incêndio, depois passou ao domínio Intelectual de alguma liderança, em seguida decaiu para o patamar político e terminou em conduta violenta das pessoas alcançadas por tal visão.

Assim, prossegue Hagger (2005), as revoluções denominadas Reforma Protestante, Revolução Francesa e Revolução Russa tiveram por inspiração a mesma visão oculta e seguiram a mesma padronagem, o mesmo processo de desdobramento: de modo semelhante ao que um incêndio se espalhando na floresta, uma visão oculta e inspirada e passada adiante entre as pessoas.

Na fase seguinte, tal visão sofre um enfraquecimento na mesma velocidade com que a tal utopia perde força e aí o novo formato do antigo ideal passa ao domínio intelectual, sendo apresentado como algo filosófico e na sequência avança rumo ao domínio político. Por fim, dá-se uma fase de violência por parte dos aderidos à tal ideia contra os resistentes e é nessa fase que acontece a consolidação do imaginado pelo visionário. Essa dinâmica revolucionária de quatro fases corresponde aos quatro âmbitos da Cabala<sup>57</sup>, que são o divino, o oculto (ou “espiritual”), o psicológico e, finalmente, o físico.

Nesse sentido, quando homens passam a se auto-identificar como mulheres e vice-versa e nessa autoidentificação esteja presente um elemento político de imposição a todos os discordantes, isso é bem parecido com as duas últimas fases da explicação de mundo cabalista. Em outras palavras, quem queira entender bem a politização da disforia de gênero possui, no cabalismo, um paradigma possível de esquema de explicação da realidade, em que o aspecto oculto é religioso e o aspecto divino é a concepção de homem que se dá pela Cabala. O significado desta é, segundo os estudiosos judeus do tema, a mais renomada dentre as literaturas místico-esotéricas do judaísmo (IDEL, 2008).

Houve inúmeras variações no desdobramento desse significado, rumo a elementos mágico-astrais e algumas delas foram fontes vindas da Espanha do século XIV que repercutiram nos escritos do R. Moisés Cordovero, do século XVI. No século anterior, XV, R. Iohanan Alemanno também houvera sofrido tais influências. Na obra “Pardes Rimoinin, de Cordovero, vê-se a magia hermética, que nesse tipo de mágica, a técnica básica “[...] é a de puxar para baixo os poderes

<sup>57</sup> Aqui, caso o leitor(a) deseje fazer uma analogia da Cabala, com a ideologia, em especial, a alemã, em termos, isto pode ser com a própria teoria de Marx e Engels, como inversão e distorção da realidade. ENGELS, F; MARX, K. **A ideologia alemã**. (Trad.) Frank Muller. São Paulo: Martin Claret, 2012. (5ª reimpressão).

divinos, ou o transbordo das Sefirot, de acordo com as necessidades do mágico. [...] O cabalista tinha ciência da similaridade entre o tipo de Cabala que estava propondo e as práticas mágicas pagãs.” (IDEL, 2008, p. 38). A Cabala, que antes possuía um uso restrito aos judeus, disseminou-se e encontrou ecos em cristãos. Alguns elementos do pensamento cabalístico influenciaram, dentre outros, Jacques Derrida (1930-2004), segundo Idel (2008).

De acordo com Santos (2021), Eric Marty fez uma releitura e uma síntese da obra de Derrida e esclareceu, a respeito da palavra “gênero”, que ela se constituiu em derradeira mensagem do Ocidente ao restante dos países e abalou “[...] a crença fundamental no caráter natural da diferença entre os sexos [...] [e] modificou as línguas graças a um vocabulário novo povoado de novas siglas: LGBT+, MtF [...]” (SANTOS, 2021, p. 752).

Nesse contexto, Derrida contribuiu para os estudos sobre gênero por meio da palavra “différance”, que indica a fluidez e indefinição de algo em relação ao seu anterior e ao seu posterior (SANTOS, 2021). Derrida (1995) cunhou a palavra “desconstrução” e lhe atribuiu o significado de radicalização entendida como parte da tradição marxista: “A desconstrução só tem sentido ou interesse para mim como radicalização, ou seja, dentro da tradição de um certo marxismo em um certo espírito do marxismo.” (DERRIDA, 1995, apud HICKS, 2021, p. 12).

A desconstrução, para Derrida, citado por Meneses (2013), não é um método de interpretação da realidade, mas sim a ausência de limitações metodológicas, que por sua vez toma como pressuposto válido o da inexistência das essências e na virtualidade de todos os significados. Além disso, segundo Derrida, igualmente citado por Meneses (2013), pretende alterar o conceito de realidade, pondo algo hiper-real como superior a ela, algo que está acima das categorias de espaço e tempo, não respondendo à estrutura psicológica tradicional que os sujeitos costumam utilizar para exercer o uso da

razão em domínio sobre a sua própria vontade, ao lidar com o mundo.

Não sendo método, mas tendo peso de validade geral para olhar a realidade do mundo e se colocar como superior a ela, outro nome não pode haver para esse conceito de Derrida, senão o de uma religiosidade. Sabendo-se que ele era um cabalista, segundo Idel (2008), e que a Cabala se caracteriza por uma interpretação do mundo como possuindo um aspecto oculto que o cabalista se apresenta como apto a desvendar, fica nítido que o esquema desconstrucionista de Derrida é uma versão sofisticada de marxismo, inobstante este ser um tipo de materialismo.

#### 4 APRESENTAÇÃO DOS CASOS ESTUDADOS

Os casos estudados foram dois: o do Policial A e o Policial B, cujas identidades foram preservadas por questões éticas. Procurou-se em ambos os contatos de pesquisa fazer com que o entrevistado discorresse livremente sobre o seu contato com casos de disforia de gênero no atendimento de ocorrências. As entrevistas não tiveram perguntas pré-estruturadas.

A Policial A foi ouvida no dia 5 de março de 2021, por telefone, e o Policial B concedeu entrevista no dia 15, dez dias depois. Eles falaram a este entrevistador estando no ambiente de trabalho. Tiveram prévio conhecimento do que se tratava e das razões pelas quais foram escolhidos para falar sobre o tema do trabalho policial nesse tipo de ocorrência. A íntegra das declarações está disponível em arquivo, com o autor deste Relatório. Por orientação do Prof. PhD Francisco Lima, passa-se aqui apenas uma síntese contendo os pontos principais das falas respectivas.

- a. Situação de trabalho com disfóricos, na ótica da Policial A.

Na transcrição da entrevista a seguir, a profissional entrevistada descreve uma circunstância de atendimento de ocorrência policial havida quando ela estava hierarquicamente situada na posição imediatamente abaixo da atual, ou seja, era uma policial em função de comando da equipe. Sua lotação naquele momento e na atual está intencionalmente omitida, bem como os dados geográficos e outros que tornem possível infringir seu direito à não identificação.

[...] Como [posição hierárquica omitida pelo entrevistador], eu percebi que o [do] **público LGBT**, existiram várias situações em que eu tive... é, é, **dificuldade em atuar da mesma forma que mandam os preceitos da PM**, e não ferir de alguma forma qualquer situação específica de um público que eu não conhecia. E como eu não conhecia é muito difícil você adequar. E como eu não tinha essa possibilidade de adequação, eu tive que seguir os manuais e ponto final. É... então assim: já teve situações de abordagem a veículo e aí eu falar o nome da pessoa, era o nome do documento e aí a pessoa pedia para ser chamada por outro nome, mas aí eu já tinha chamado a pessoa pelo nome da certidão de nascimento, enfim, situações assim que foram... é, não trouxeram dificuldade para abordagem, mas eu lembro de ficar numa situação chata ou deixar a pessoa numa situação ou ficar numa situação chata nesse sentido de talvez estar sendo até deselegante com a pessoa. Mas num dado momento, numa situação específica que me marcou, que foi ali na rua [nome omitido propositalmente pelo entrevistador], no quarteirão em cima do [nome omitido pelo entrevistador], é... eu na área do [...] [nome do Batalhão omitido pelo entrevistador], eu fui ajudar lá, eu fui é... fiscalizar uma viatura minha lá na Delegacia [restante do nome omitido intencionalmente pelo entrevistador], que estava lá na [avenida] [nome omitido pelo entrevistador] na hora da transcrição], e no retorno p'ra Unidade, eu fui acionada por populares, é... passando de viatura eu e o motorista, e aí eles... é... **nós paramos para atender ocorrência e eles apontaram para uma pessoa, é... que seria autora de furto, estaria sendo acusada lá pelos populares, de que teria furtado um celular**. Se não me engano, foi isso mesmo, o furto de um celular, se não foi um celular foi algo da loja. E quando nós fomos abordar, **se tratava então de um... é... travesti**. Eu não sei se esse seria o nome correto, mas seria um travesti, que usava é... com feições bem masculinas, mas ele tinha um cabelo grande, seios de

**silicone bem grande, com um top [tipo de roupa que cobre somente os seios] e um short bem curto, assim, bem justo, e que dava para perceber que ele era homem e tal, pelo volume, enfim. E aí eu tinha que fazer busca nele**. E aí primeiro ele estava muito revoltado com a situação, brigando e tal, aquela coisa toda e **os populares também, pedindo a gente pra abordar, porque 'ele que tinha roubado'**, enfim, e ele, ela, naquela situação. E aí eu me deparei com uma situação em que, é... **eu teria que abordar para verificar se ele portava algo de ilícito em suas vestimentas, em público, só que, se eu fizesse busca da forma que deve ser feita, na parte de baixo do corpo dele, eu teria que colocar minha mão, ainda que de uma forma técnica, né? É... p'ra eu sentir se ele guardava ali, dentro da... do short, é... algo que fosse o produto de ilícito**. E aí eu me senti constrangida, ver aquela situação, porque **eu pensei então... não é o certo, o homem é abordado pelo policial homem, é...**, na presença do homem, é, na presença do homem, né, que tem um policial masculino. Não era o caso de não ter um policial masculino, ou seja, tinha o meu motorista que era homem, ele poderia fazer aquela abordagem, para que eu não tivesse que passar por aquela situação. **E aí depois eu me deparei com outra situação, porque, como é que eu fazia [faria] o meu motorista dar a busca naquela pessoa, sendo que ele teria que abordar a parte de cima do corpo dele, que tinha seios, né, e o decote, enfim, ele teria que passar a mão ali, porque não tem como visualizar se a pessoa está guardando algo ali, no sutiã, se você não passar a mão por debaixo. Tem que sentir**. Enfim, e naquela situação, eu tive um 'insight', né? Deus me ajudou, da... de, no momento eu... e os ânimos estavam exaltados, né?, para que... a população pedindo que a gente [os policiais] verificasse e o... e a pessoa também, né?, querendo é... **providências em relação a uma provável calúnia**. E assim, os ânimos muito exaltados [...], e as pessoas... filmar, né?, porque eles devem filmar, enfim, e eu tendo que resolver aquela situação. **E aí eu tive a ideia de... primeiro eu conversei com a pessoa dizendo: '- olha, você está sendo acusado de ter furtado um material, então eu preciso fazer busca sua**. Primeiro, como é que você quer eu te trate? Qual é o nome que eu devo te tratar?' E tal e tal. E aí ele usou um nome feminino. Isso eu me recordo perfeitamente. **Ele deu um nome feminino. Eu aí eu falei: '- Ok! Eu vou passar a te tratar como... é... do gênero feminino. Contudo, nós estamos em uma situação completamente constrangedora, em que eu preciso fazer busca em você e claramente eu estou constrangida. A gente vai ter de fazer busca**

na sua parte íntima. Então eu vou te pedira compreensão, eu quero resolver a situação, você está falando que não é verdade, que não tem nada a temer, então eu vou te pedir a autorização. Eu quero que o meu motorista faça a abordagem na parte íntima sua, na parte inferior do seu corpo, e eu vou fazer busca na parte superior do seu corpo, ok?'. E aí eu tive a felicidade de contar com a compreensão daquela pessoa e ela permitir, porque, sinceramente, eu não sei... o como eu faria se ela tivesse dito que não. Porque eu não sei se eu levaria p'ra Delegacia, p'ra que eu tivesse um apoio maior, enfim. Até porque **não foi só o constrangimento que causou o desconforto de dar a busca. Quando a gente dá busca na parte inferior do corpo, a gente fica muito é, frágil em relação ao abordado, porque eu abaixo a minha cabeça, eu tenho que ficar numa posição, na qual uma pessoa com um porte masculino, porque ele..., é... é , em que pese ter se considerado mulher, ele tinha todo o porte masculino, era uma pessoa alta, com um porte masculino grande. Então eu não teria como me desvencilhar dele, numa situação de um contato físico, numa abordagem, então eu não tive segurança de me colocar numa situação abaixo.** Então eu realmente fiquei é , contente, após [o sucesso da abordagem]. E aí, por obra divina, a pessoa concordou e assim nós fizemos: eu fiz a busca na parte de cima e o meu motorista fez a busca na parte de baixo. [ ]. (POLICIAL A, 2021, tempo 1'03"16" ao tempo 9'43"19"). (Grifos nossos).

Foi preciso então à entrevistada dividir a busca entre a parte do corpo que era masculina, que o policial masculino averiguou em busca do produto do fruto, e a parte do corpo que era artificialmente feminina, que a policial do sexo feminino abordou com idêntica intenção verificatória. Dez dias depois, foi ouvido outro policial militar, igualmente possuidor de experiência no trato com o público disfórico. O extrato de sua entrevista está disponível no próximo subparágrafo, que também se caracteriza pela mesma preservação de sua identidade.

- b. Situação de trabalho com disfóricos, na ótica do Policial B.

No caso anterior, foram reunidas as informações fornecidas por uma profissional de segurança pública que teve de lidar com um caso complexo, não abrangido no conceito unidimensional de homem querendo ser mulher ou o oposto disso, mas homem que é metade homem, por natureza, e metade mulher, por cirurgia. Tal divisão autodefinida requereu dos policiais atuar tratando o corpo em dois “módulos”. A seguir, está o caso do atendimento de ocorrência em que a mulher se auto-intitula homem, para fins de convívio com outros homens (traficantes de drogas), exceto os policiais, para os quais elas mostram que não querem ser tratadas como homens, quando da realização da abordagem. Eis o que o Policial B vivenciou:

[...] Eu trabalhei numa região onde a prostituição desse grupo específico dos gays e travestis, né?, é muito grande. Então, nesse período em que eu trabalhei, de 2000 até 2010 a gente teve um contato muito grande com um número de ocorrências envolvendo esses... é... esse grupo em específico. É... nós... eu percebi a... a união entre eles, né? **Quando eram abordados, quando eram envolvidos em algum tipo de ocorrência. É... a aproximação de vários, no local onde um certo indivíduo foi abordado. É... tentando até atrapalhar o... serviço policial, né?** [...] Várias ocorrências envolvendo eles, mas confronto, graças a Deus eu não tive, devido à forma [com] que eram tratados por mim. Já teve casos de colegas que tiveram problemas, mas muitas vezes devido à forma [com] que eram tratados, né? Mas, é... esses indivíduos envolvendo em ocorrências a gente vê muito, principalmente à noite, principalmente envolvendo clientes deles, é... de roubo de celular ou desacordo comercial, desacordo entre eles, né? É... uma extorsão exigindo dinheiro, né? E depois que eu comecei a trabalhar nisso num outro portfólio, onde a gente trabalhou mais dentro de aglomerado, a gente... eu percebi a **presença de muita lésbica envolvida no tráfico de drogas e pouco homossexual envolvido nesse meio.** É..., no momento das abordagens, pelo fato de serem, de quererem ser parecidas com os indivíduos do sexo masculino, às vezes não eram nem identificadas como mulheres, né? E um problema que a gente tinha, é que essas lésbicas envolvidas diretamente com tráfico de drogas, era o momento da busca pessoal. **Elas já sabiam que a gente só em caso**

extremo que a gente poderia usar [realizar] a busca pessoal... E quando a gente chegava nos locais onde é... estava ocorrendo tráfico de drogas e elas estavam presentes, no momento da abordagem, elas se identificavam como mulheres, né? Não deixando é... até mesmo para a gente não realizar a busca pessoal nelas. Quando isso acontecia, a gente solicitava na rede-rádio a presença de uma policial feminina. Às vezes, dependendo do horário, não tinha mulheres, não tinha policiais femininas no turno, é... a dificuldade para realizar buscas nessas lésbicas era muito grande, mas a gente solicitava que, sem colocar a mão, sem... é... realizar a busca em si, nós solicitávamos que levantasse a camisa até a altura do umbigo, né?, olhava a cintura, para ver se tinha alguma coisa, mas a busca em si era difícil. E era até uma estratégia, creio que era uma estratégia daqueles traficantes daquele local, para dificultar o trabalho da Polícia Militar. E então a presença dessas lésbicas, nesse período em que eu trabalhei, que foram quase dez anos, foi crescendo bastante, foi crescendo muito, não é? [A ponto] de isso assim, a dificuldade de identificar no momento da abordagem era grande, só na hora da busca pessoal a gente percebia, né?, na hora que a gente ia realizar a busca, [nos] dizia: ‘ - não, eu sou mulher’, e aí a gente não realizava a busca pessoal. Também [quanto a] confronto com esse grupo, não tive nenhum problema [...]. (Policial B, 2021, tempo 1’03”16” ao tempo 9’43”19”). (Grifos nossos).

Havia então, no ambiente das abordagens, uma estratégia das lésbicas no sentido de se apresentarem como homens para trabalhar e conviver, mas ao perceber a iminência de uma busca pessoal pela Polícia Militar, abandonavam esse papel e exigiam tratamento como sendo uma pessoa não disfórica. A disforia funcionava, então, com cunho existencialista, mas quando o policiamento irá ser executado respeitando tal escolha por se auto-definirem como homens, a iminente abordada fazia uso de uma plena consciência e desejo de ser mulher, tratada como tal pelos policiais.

Concluídas essas duas explicitações, pode-se agora passar à análise ergonômica do trabalho policial militar propriamente dita.

## 5 ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO POLICIAL MILITAR

5. 1 ANÁLISE DA DEMANDA O serviço policial militar consiste, basicamente, no contato entre os policiais e o público destinatário dos serviços, tanto a parte que é protegida contra infratores da lei, como a outra, que os referidos profissionais veem como sujeitos aos quais devam ser dirigidas as ações de abordagem, busca, identificação e, se for o caso, condução coercitiva a lugares que funcionam sob a administração do Estado.

Certos desafios podem ser notados no ambiente de trabalho operacional desses trabalhadores. Um deles é o de garantir o tratamento adequado a cada abordado, segundo seus direitos e seu grau de periculosidade. Este último aspecto é uma preocupação constante em toda abordagem, porque de onde menos se espera podem vir ataques aos policiais num nível tal de letalidade que lhes pode custar a própria vida.

Tem havido desde os anos 1960, uma crescente ocupação de espaços por parte do público de disfóricos de gênero, fruto daquilo que Sorokin (1961) chamou de revolução sexual. Esse movimento tem levado o modo de pessoas não pertencentes a esse grupo a se verem obrigadas a lidar de maneiras diferentes daquela resultante de seu livre-arbítrio, porquetal “modus vivendi” em relação aos que integram tal segmento revolucionário passou a ser especificado na legislação.

Foureaux (2020) cita, no rol de dispositivos normativos que tratam do tema, a Cartilha de Atuação Policial na Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Esse documento é da Secretaria Nacional de Segurança Pública e se dirige aos trabalhadores policiais brasileiros “lato sensu” (BRASIL, 2013). Seguindo os procedimentos de

segurança e considerando as especificidades da abordagem a travestis e mulheres transexuais, considere os seguintes aspectos:

De início, como se dirigir à pessoa? • O policial deve respeitar a identificação social feminina caracterizada pela vestimenta e acessórios femininos de uso da pessoa abordada. • Deve utilizar termos femininos ao se referir à travesti e mulheres transexuais – tais como: senhora, ela, dela.[...] Prioritariamente, o efetivo feminino deve realizar a busca pessoal na mulher transexual e na travesti. Tal orientação objetiva respeitar sua dignidade [...].” (BRASIL, 2013, p. 85-86).

Existe, então, uma prescrição comportamental, vinda das autoridades encarregadas de definir condutas profissionais de encarregados pelo policiamento. O detalhe é que, na realidade, quem faz a definição é a pessoa que escolhe quem ela é, do ponto de vista da sexualidade, e o legislador não faz outra coisa senão dar um formato estandardizado a isso.

Isso é interessante, porque o modo de ver a realidade, interpretando a si mesmo, é uma forma de pensar que tem fundo idealista. Por exemplo: uma mesma pessoa pode decidir que pela manhã ela seja homem, mas a partir das 18h ela seja mulher, ao passo que o serviço policial carece de ser baseado em outra plataforma de reflexão: aquela que considera o que os abordados são biologicamente, para assim aquilatar adequadamente o tipo de meios precisem ser usados para um policial conseguir fazer com sucesso (em segurança) uma abordagem.

Desse modo, se uma policial do sexo feminino vai abordar uma pessoa que seja homem, mas que deseje ser tratada como mulher, isso cria um desnivelamento de potencial de força física que torna mais perigoso para a referida policial fazer a busca pessoal, pois pode ser mais facilmente dominada pelo homem.

Nas situações concretas analisadas, houve dois profissionais de segurança pública com a

demanda por fazer buscas pessoais, no corpo de pessoas que se apresentavam voluntariamente como aderidas à disforia sexual, as quais, em função das normas vigentes na Administração Pública, possuem direito a ser tratados pelo nome social.

## 5. 2 ANÁLISE DO POSTO DE TRABALHO

5. 2.1 O posto de trabalho do policial militar que atua no policiamento é, mais exatamente, muito variável quanto às circunstâncias de lugar, o que torna mais adequado falar em tarefa e atividade. Nestas observam-se as seguintes características:

5.2.2 O dever de procurar armas ou drogas ou produtos de ilícitos no corpo de pessoas contra as quais haja fundada suspeita;  
a obrigação de fazer isso usando técnicas que requerem o contato físico em relação ao abordado, considerando que o tato é um dos sentidos usados pelo profissional de segurança pública;  
o dever de fazer a abordagem de modo suficiente a evitar que por meio de algum objeto que escape à atenção do profissional, este seja morto pelo abordado, durante deslocamento para o local da privação de liberdade de ir e vir;

5.2.3 O local do posto de trabalho é altamente variável, sendo definido segundo as circunstâncias de tempo e lugar em que o iminente abordado cause dúvidas ao profissional de segurança pública, por ação ou alguma atitude suspeita.

## 5.3 ANÁLISE DA ATIVIDADE

A atividade dos dois profissionais entrevistados indica um padrão de consciência do dever a cumprir e de receio quanto ao perigo de serem surpreendidos por ataque imediato (durante a busca) ou posterior (após terem sofrido busca pessoal incompleta)

## 5.4 DIAGNÓSTICO

Foi analisado o significado, para a Ergonomia Cognitiva, da ação de enfrentamento físico e até bélico por parte de ativistas direta ou indiretamente aderidos à noção de dialética materialista e de luta contra a “opressão” do Estado que as forças policiais representam. Visando propor uma fundamentação interpretativa do padrão dos enfrentamentos, que fosse da prática à teoria, o texto dirigiu atenções aos casos de embates havidos na França, nos Estados Unidos e no Brasil. Isso na fase teórica.

O método de abordagem nessa etapa foi indutivo. Saindo do campo das cogitações, que merecem o devido aprofundamento, procurou-se, na fase prática, já com a delimitação pelo Orientador, a redução do foco a dois postos de trabalho. Nos casos práticos em tela, o ardil foi observado nos dois abordados. No primeiro caso, ele se identificou como mulher, mas a observação policial tornou possível notar que era um homem vestido de mulher e assim a policial negociou com ele a divisão da busca em duas etapas: ela revistou a parte do corpo

onde ele houvera mandado colocar seios artificiais, e o colega dela fez buscas na cintura para baixo, onde havia um volume provocado pelo órgão genital masculino.

Quanto ao segundo caso, a pessoa se apresentou como homem, mas na hora de sofrer a busca pessoal que o policial do sexo masculino lhe iria fazer, o outrora autoidentificado homem disse que era mulher e com isso o profissional mudou a maneira de lidar com a situação. Assim, o aspecto da doutrina de Sabatai Tzevi foi encontrado no caso concreto.

Por outro lado, estava latente na doutrina do coletivo de pensadores genericamente denominado Hermes Trismegistus, da qual os ativistas herdaram a dialética de considerar legítimo ver o embate com o policiamento como símbolo

da assimilação da dialética do hermetismo, chegada a eles por meio de um discípulo de tal corrente de ideias, Hegel, e por um seguidor deste, Karl Marx.

No caso concreto, foi verificado que o sujeito da abordagem, na situação havida com a Policial A precisou ser convencido, por argumentos, de que ia ser uma abordagem destinada somente a eliminar uma suspeita de crime, sem qualquer intenção política da parte dos abordantes, quanto à escolha identitária feita pelo sujeito. Já na situação da abordagem feita pelo Policial B, ficou evidente a estratégia da pessoa que ia ser abordada, em modular seu discurso de modo que a Polícia Militar se adequasse a ela, que quis ser suspeita de tráfico homem, enquanto não ia ser abordada, mas que quis ser vista e tratada como mulher, no caso de sofrer busca pessoal.

## 5.5 RECOMENDAÇÕES

Diante do exposto, recomenda-se, quanto ao caso A, que os profissionais de segurança pública recebam formação acadêmica que os ajude a ver que existem no universo da disforia de gênero duas camadas: a do ser conforme seu DNA e seu aparelho reprodutor e a do ser que quer se apresentar de modo diferente disso, mas que para o policiamento não pode significar uma renúncia aos cuidados que teria de tomar diante do ser biologicamente original.

No que tange ao caso B, sugere-se que os profissionais de segurança pública recebam formação para entender que existe a possibilidade de encontrar em pessoas do grupo de disfóricos aquelas que o integrem como facilitador para exercer uma determinada ocupação profissional, em que o exercente tenha plena consciência de que ele só é aquilo que tal pessoa outrora decidira apresentar em público enquanto as vantagens da disforia não se tornem potencialmente menores que da não disforia.

Em uma perspectiva mais ampla, sugere-se que aos policiais militares passe a ser ensinado, nos cursos de pós-graduação institucionais, os elos entre Sabbatai Tzevi, Karl Marx e os comportamentos violentos contra tropas feitos por grupos que se digam injustiçados pela ação das Polícias Militares. Outro elo importante, para fins de ampliação da compreensão sobre o problema de grupos que enfrentam a ação policial recorrendo à violência contra tropas, parece ser o formado por Hermes Trismégistus, Hegel, Karl Marx e os referidos resistentes.

Uma possível esquematização do ensino para policiais-militares de nível gerencial, como Comandantes de tropas, poderia ir mais a fundo, para ajudar a entender, a partir do conceito de “desconstrução” de Derrida, as implicações que isso traz para a compreensão do que é o pensamento revolucionário. Nunca é demais lembrar que nem toda pessoa que não necessariamente uma pessoa que seja disfórica de gênero é um ativista. A leitura que se faz possível e útil para os policiais militares entenderem a reação ou iniciativa violenta contra tropas, praticada por pessoas que afirmem sua identidade de gênero como razão para o embate, é que a correta resposta a essas situações requer, para evitar os choques, ir além da ideia de que o importante seja dominar e abordar. Pode ser que a prioridade seja justamente compreender as potencialidades da situação com que se vá lidar.

Para isso sugere-se que tais estudos de formação de profissionais de segurança sejam feitos utilizando-se ocorrências específicas de embates entre ativistas e alguma tropa policial pública, isto, é, representativa do Estado, “lendo-as” mediante as justificativas apresentadas pelos manifestantes ou por analistas favoráveis a eles, assim considerados os seguintes pontos de embasamento: na França, o Maio de 1968, poderá ser visto sob o relato de Michel Thiollent; nos Estados Unidos, o movimento Queer pode vir a ser considerado a partir da ocorrência no bar

Stonewall Inn (1969) e visto com o olhar de ativista de Renan Quinalha; no Brasil, os Sem-terra, em Eldorado dos Carajás paraense (1996), podem ser observados pela lente analítica do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), os Black Bloc (2013) são passíveis de leitura e apreciação pela lente de Ned Ludd, e o “salve geral” do Primeiro Comando da Capital, em São Paulo (2006) tem a potencialidade de ser considerado a partir do depoimento dado por Marcos William Herbas Camacho, o Marcola, líder desse coletivo de presos, à Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Drogas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de considerações finais, apresenta-se aqui um pequeno resgate histórico de como alguns grupos se manifestam em face de uma abordagem policial (sugere-se que não seja feito nenhum tipo de valoração quanto aos citados movimentos sociais, servindo tais exemplos apenas para contextualização e arremate final do trabalho apresentado.

Na França, o Maio de 1968 foi marcado segundo o relato de Michel Thiollent, por um desejo de escandalizar os burgueses (AT), houve enfrentamento à polícia local por pessoas que tinham consciência de estarem indo contra as leis vigentes e sabiam que a ação policial visava impedi-los (VHM), e os ativistas viam no seu agir uma forma de contribuir para a transformação da sociedade rumo aos objetivos da revolução comunista (DH).

Nos Estados Unidos, o Movimento Queer desenvolveu-se a partir da ocorrência no bar Stonewall Inn (1969), vista a partir do olhar ativista de Renan Quinalha. Nesse fato observou-se a prática do ativismo pelos frequentadores daquele estabelecimento, todos eles negadores das tradições de crença ocidental de que o corpo e a sexualidade sejam realidades indissociáveis (DH);

os manifestantes resistiram fisicamente à ação policial e fizeram da resistência a bandeira política como se o Estado fosse o portador de uma visão de mundo a ser transformada por meio da união dos resistentes em defesa do comportamento sexual deles (AT), e consideraram legítimo agir contra o policiamento para forçá-lo a não mais os incomodar em seu ambiente de convívio e não mais agirem contra a manifestação pública de sua maneira de entender e viver a afetividade com pessoas do mesmo gênero (DH).

No Brasil, os Sem-terra, em Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará (1996), vistos pela lente analítica do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra são agentes de transformação social do tema da distribuição de propriedades agrárias aos despossuídos (DH), tais acampados consideraram legítimo “partir para cima” das tropas policiais da Polícia Militar do Pará, que ali cumpria um mandado de reintegração de posse (VHM), e eles se dirigiram formando um bloco rumo aos policiais, portando foices, enxadas e facões que poderiam ser lembrados como instrumentos de trabalho pacífico, não de luta armada (AT).

No Brasil, os Black Blocs atuaram em 2013, em São Paulo e no Rio de Janeiro; no olhar de um deles, de codinome Ned Ludd, essa ação visou enfrentar o sistema (AT), com táticas de choque físico em relação aos policiais (VHM) e para contribuir para a transformação do mundo mediante o fim da indiferença das “elites” em relação às necessidades da população (DH).

Também, no Brasil, em São Paulo, no ano de 2006, houve, segundo se verifica ou se depreende do depoimento dado por Marcos William Herbas Camacho, o Marcola, líder desse coletivo de presos, à Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Drogas da Câmara Federal, o “salve geral”, sendo agente o primeiro comando da capital (PCC), sendo que os insurgentes usaram a tática de atirar em policiais e familiares deles (AT e VHM), visavam enfrentar o sistema mediante cumprimento da ordem contida

no “salve geral” e na relação conflituosa de as forças policiais serem as que garantem o encarceramento (DH).

O argumento central que se pode utilizar para uma visão macro sobre esses fatos, aparentemente desconexos, é que o auto-engajamento e a continuidade nesse labor decorreriam da identificação dos respectivos coletivos de manifestantes, muitas vezes implícita e não verbalizada, com algo do qual o marxismo é apenas uma estação e cuja estrutura remota de pensamento encontra-se, por um lado, identificada com a doutrina do rabino Sabbatai Tzevi (1626-1676), da qual aproveitam, por analogia, a tática da condução da revolução vendo a si próprio como portador de uma mensagem de salvação do mundo, sendo que tal aproveitamento se dá sob a forma de tática da astúcia no manejo de ardis de ataque desferido contra as tropas policiais.

Enfim, a Teoria das Ciências Policiais e Segurança Pública pode servir à mudança da percepção a respeito de ocorrências envolvendo, de um lado, tropas da Polícia Militar e, de outro, indivíduo ou grupo classificável como portador de uma visão de mundo revolucionária, dualista, em que o trabalho policial seja representativo do mal e o ato e resistir seja compreendido pelos resistentes como um grande bem.

O olhar policiológico pode revelar mais do que esse maniqueísmo oferece. Pode ser que para os níveis de execução operacional, isso pouco importe, mas ele não se pode afirmar quanto aos níveis tático e estratégico, onde necessariamente é valioso conseguir olhar para a realidade com uma intenção de prever comportamentos e capacitar pessoas para não cair na armadilha maniqueísta de oposição em vez de cooperação entre Estado e sociedade.

Como agenda de pesquisa, sugere-se que os outros grupos mencionados, no uso dessa maneira de olhar, para esse tipo de ocorrência, sejam objeto de semelhante embasamento

empírico, para que da experiência se evidencie o padrão. Os elementos conceituais da realidade que foi observada no relato dos policiais A e B são algo entre a dialética hegeliana, a astúcia sabataísta e a violência marxiana.

Contudo, tais conceitos carecem de um desdobramento para a linguagem das Ciências Policiais, a fim de que fiquem um pouco mais palpáveis. Por enquanto, o que se vê são profissionais de segurança pública passando apuros para resolver ocorrências em que o abordado é um super-sujeito, um super-cidadão. Assim, com o auxílio da Teoria das Ciências Policiais e Segurança Pública pode ser que o equilíbrio seja retomado como fruto do maior domínio cognitivo sobre com o que as tropas estão lidando, embasando melhor, científica e tecnicamente a atuação de agentes de segurança pública.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Júlia [et al]. **Introdução à Ergonomia**: da prática à teoria. São Paulo: Blucher, 2009.
- AGUIAR, Airan Milititsky. Procurando Metatron ou a desalienação da criatura: paralelismos entre a Cabala e o Marxismo. WebMosaica revista do instituto cultural judaico marc chagall v.5 n.1, jan.-jun, p. 60-74, 2013.
- ALLEN, Gary; ABRAHAM, Larry. Política, ideologia e conspirações. Tradução de Eduardo Levy. Barueri-SP: Faro Editorial, 2017.
- ANDERSON, R. J. **Cognitive psychology and their acquisition**. Psychological Review, v. 94, n. 1, p. 192-210, 1995.
- ANTELMAN, Marvin S. **To eliminate the opiate**. New York : Zahavia, 1974.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. 2ed. Tradução de Giovanni Reale; Marcelo Perine. São Paulo. Loyola. 2002, v. 1, 2 e 3.
- ARMSTRONG, Karen. **Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ARTHUR, Christopher J. The New Dialectics and Marx's Capital. Leiden: Brill, 2004.
- ATHAYDE, Amanda V. Luna. **Transexualismo Masculino**. Arq. Bras. Endocrinol. Metab., v. 45, nº 4, ago. 2001. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/abem/a/TrGJYTnQCsn4YMWpRp9MFJ/?format=pdf&lang=pt> >. Acesso em: 27 maio 2021.
- ATKINSON, William Walter. **O Caibalion: um estudo da filosofia hermética do antigo Egito e da Grécia**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Mantra, 2018.
- BARROS, José D'Assunção. O conceito de alienação no jovem Marx. Tempo Social, v. 23, n. 1, p. 223-245, 2011. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702011000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702011000100011&lng=en&nrm=iso) >. Acesso em: 15 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702011000100011>.

BIALE, David. **Cabala e contra-história**: Gershom Sholem. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Atuação Policial na Proteção dos Direitos Humanos de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade**. Brasília-DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2013. Disponível em [https://www.novo.justica.gov.br/sua-seguranca-2/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras-publicacoes/pagina-1/5a\\_cartilha\\_policial\\_2013.pdf](https://www.novo.justica.gov.br/sua-seguranca-2/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras-publicacoes/pagina-1/5a_cartilha_policial_2013.pdf). Acesso em 21 abr. 2021.

CARVALHO, Adriano Nepomuceno de. **Inteligência de Segurança Pública: análise ergonômica da Demanda, Tarefa, Atividade e Estratégia Operatória, e proposta de indicadores**. Belo Horizonte: CPP/APM, 2020. (Monografia da Especialização “Lato Sensu” em Gestão Estratégica da Segurança Pública).

COLE, C.M.; OBOYLE, M.; EMORY, L.E. MEYER, W.J. 3ed. *Comorbidity of gender dysphoria and other major psychiatric diagnoses*. **Arch Sex Behav** 1997;26:13-26.

CRUZ, Gabriela Fontana. **Estratégias cognitivas e metacognitivas no processo de escrita: uma revisão teórica**. VI CONFERÊNCIA LINGÜÍSTICA E COGNIÇÃO - VI COLÓQUIO NACIONAL LEITURA E COGNIÇÃO - XIV SEMANA ACADÊMICA DE LETRAS – 23 a 27 de setembro/2013 – Santa Cruz do Sul – RS. Disponível em: 8x (unisc.br) . Acesso em: 13 out. 2021.

DANIELLOU, François. **Questões epistemológicas acerca da Ergonomia**. DANIELLOU, François (Coord.). **A Ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos**. Tradução de Maria Irene Stocco Betiol. São Paulo: Edgard Blücher, p. 1-19, 2004.

DERRIDA J. **Moscou aller-retour**. Saint-Etienne: De l’Aube, 1995. FALZON, Pierre. **Ergonomia**. São Paulo : Edgard Blücher, 2007.

ECO, Humberto. **Os limites da interpretação**. Tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2015.

FOUREAUX, Rodrigo. **A abordagem policial a travestis, transexuais, gays, lésbicas, bissexuais, intersexuais, agênero, andrógeno, gênero fluido e a atuação policial quando forem impedidos de usarem banheiro de acesso público de acordo com a identidade de gênero**. In: OLIVEIRA, Paulo Tiego Gomes. (Org.). **Segurança pública, racismo e direitos humanos**. Catu-BA: Bordô-Grená, 2020, p. 63-106.

FREELY, John. **O messias perdido: em busca de Sabattai Sevi**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

GÜÉRIN, F. et al. **Comprender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**.

São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAGGER, Nicholas. **A história secreta do Ocidente**. São Paulo: Cultrix, 2015.

HICKS, Stephen R. C. **Guerra cultural: como o pós-modernismo criou uma narrativa de desconstrução do ocidente**. Tradução de Matheus Paccini. São Paulo: Faro Editorial, 2021.

IDEL, Moshe. **Cabala: uma Introdução**. In: IDEL, Moshe et al. (Orgs.). Cabala, cabalismo e cabalistas. Tradução de J. Guinsburg; Fany Kon; Nancy Rosencham; Eliana Lamger e Margarida Goldstajn. São Paulo: Perspectiva; CIEUCJ da Universidade Hebraica de Jerusalém, 2008.

IIDA, Itiro. **Ergonomia: projeto e produção**. São Paulo: Blücher, 2002.

JONES, E. Michael. **Modernos degenerados: a modernidade enquanto racionalização da perversão**. Tradução de Murilo Resende Ferreira. Campinas-SP: Vide Editorial, 2021.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos : 23)

LÖWY, Michael. **Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa Central: um estudo sobre afinidade eletiva**. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

LUKÁCS, György. **O jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2018.

MAGEE, Glenn Alexander. **Hegel and the Hermetic Tradition**. Cornell University Press, 2008.

MARX, Karl. O capital. São Paulo: Nova Cultural, v. 2, 1985 (Coleção Os Economistas).

MENESES, Ramiro Délio Borges de. **A desconstrução em Jacques Derrida: o que é e o que não é pela estratégia**. Universitas Philosophica, v. 30, n. 60, p. 177-204, jan.-jun. 2013, Bogotá, Colômbia – ISSN 0120-5323. Disponível em: v30n60a09.pdf (scielo.org.co) .

Acesso em: 12 out. 2021.

OLIVEIRA, Thais Mara Anastácio; MOZZER, Nilmara Braga. **Análise dos conhecimentos declarativo e procedimental de futuros professores de Química sobre analogias**. Ensaio - Pesquisa em Educação em

Ciências. Belo Horizonte, v. 19, p. 1-24, 2017; 19:e2602 DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-21172017190102>. Disponível em 02 ENSN19N1A2602\_ANALISE\_Thais FINAL 1.indd (scielo.br) . Acesso em 11 maio 2021.

PLUCKROSE, Helen; LINDSAY, James. **Teorias cínicas: como a Academia e o ativismo tornam raça, gênero e identidade o centro de tudo** - e porque isso prejudica a todos. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Faro Editorial, 2021.

REIS, Gilberto Protásio dos. **Ciências Policiais e o aprimoramento do saber/fazer policial militar**. In: MARCINEIRO, Nazareno. (org.). Ciências Policiais. Florianópolis-SC: Insular, 2021.

SANTOS, Tânia Coelho dos. **A historiografia francesa a serviço da desconstrução metódica da psicossociologia de Judith Butler**. Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., São Paulo, v. 24, n. 3, p. 751-755, set. 2021. Disponível em:  
<http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2021v24n3p751.15>. Acesso em: 12 out. 2021.